

política



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Relógio corre contra quem produz

O drama do produtor rural deixou de ser apenas uma crise econômica e virou uma disputa política explícita em Brasília. Com parcelas vencendo, custeios apertando, e o novo Plano Safra batendo à porta, milhares de agricultores vivem dias de desespero enquanto o Congresso tenta construir uma saída legislativa para impedir um colapso ainda maior no campo.

O impasse é político

A pressão aumenta nesta semana na capital federal. Parlamentares ligados ao agro admitem que a batalha agora não é mais técnica. Os estudos foram apresentados, os números colocados sobre a mesa, e os impactos demonstrados por entidades como Farsul, Fetag, Aprosoja e CNA. O impasse agora é político.

Governo 'é o único contra'

O deputado federal gaúcho Afonso Hamm (PP, foto) resumiu sem rodeios: "O governo é o único contra". A frase traduz o sentimento crescente dentro do setor produtivo, especialmente no Rio Grande do Sul. O discurso vindo do campo tem insistido num ponto importante: não se trata de calote ou anistia. O que os produtores pedem é tempo para sobreviver e continuar produzindo. A proposta defendida pela bancada gaúcha prevê prazos longos, juros menores, e carência para reorganizar dívidas que se tornaram impagáveis após sucessivas tragédias climáticas.



Nova fonte de recursos

Hamm insiste que o projeto cria uma nova fonte de recursos e evita transformar o agricultor em refém definitivo dos bancos. Pela proposta articulada no Congresso, os financiamentos poderiam ser quitados em até 13 anos, com três anos de carência e juros inferiores aos apresentados pelo governo federal.

Empurrar produtores para os bancos

A crítica mais dura da bancada do agro é justamente contra o modelo defendido pela equipe econômica. Parlamentares acusam o governo de empurrar os produtores para renegociações bancárias, com juros considerados incompatíveis com a realidade do campo.

Gravidade da crise

O RS ainda tenta se recuperar das enchentes históricas, enquanto produtores acumulam financiamentos, custeios e renegociações anteriores. Estimativas citadas nas discussões apontam entre R\$ 170 bilhões e R\$ 180 bilhões em dívidas "estressadas" no País.

Governo resiste às propostas

O governo segue resistindo às propostas construídas pelo Congresso. A irritação do setor aumentou após tentativas de mudanças no relatório defendido pela bancada do agronegócio. Lideranças do agro reagiram imediatamente, acusando o Planalto de desmontar pontos considerados essenciais para garantir a recuperação do setor.

Calendário não espera

O mais preocupante é que o calendário não espera que Brasília resolva suas disputas políticas. No dia 30 de maio começaram a vencer novas parcelas de custeio e financiamento, e muitos produtores não têm condições mínimas de pagamento. O Brasil costuma lembrar da força do campo quando os números das exportações aparecem ou quando o superávit comercial salva as contas nacionais. Mas, neste momento, o produtor rural não pede aplausos. Apenas condições reais para continuar de pé.

Reforma tributária traz

Entrevista Especial

Bolívar Cavalari
bolivarc@jcrs.com.br

As projeções da reforma tributária, atualmente em fase de implementação em Brasília, indicam para um crescimento da economia brasileira como um todo. A partir destes incrementos, a tendência aponta para maior arrecadação de impostos em todos os estados do País, mesmo que as mudanças previstas possam ser mais benéficas para alguns entes federados do que para outros. É assim que avalia a reforma o subsecretário da Receita Estadual gaúcha e representante suplente do Rio Grande do Sul no Conselho Superior do Comitê Gestor do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços, que está sendo criado na reforma para unificar os tributos), Ricardo Neves Pereira.

Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, Neves aborda as tratativas que estão sendo realizadas na capital federal no processo transitório entre o atual modelo tributário e o que está sendo desenvolvido. Esta transição tem previsão de duração por 50 anos, e conta com uma série de compensações para os estados e municípios que tendem a perder arrecadação no curto prazo a partir da reforma, conforme explica o representante gaúcho no Conselho do IBS.

A principal mudança da reforma está na captação dos impostos: em vez de se arrecadar a partir do local da produção, como é hoje, se passa a recolher tributos no local do consumo. Na avaliação de Neves, isso ajuda a impedir guerras fiscais entre entes federados e pode influenciar a economia brasileira a ser mais dinâmica, com expectativas de crescimento econômico e maior atratividade do capital externo.

Jornal do Comércio - Como tem sido a atuação dos representantes gaúchos no Conselho Superior do Comitê Gestor do IBS?

Ricardo Neves Pereira - A gente tem dois níveis de participação no comitê, no Conselho do IBS. Um é o pessoal mais de nível estratégico, político, institucional, e daí temos a secretária da Fazenda, Pricilla (Santana), e eu como adjunto, e a gente participa do conselho propriamente dito, o Conselho do Comitê Gestor. Então, é a primeira instância, a instância decisória, a instância política. E nós temos, depois, uma instância

mais técnica, e daí, nessa instância técnica, a gente tem muitos colegas participando, nós especialmente, do RS - acho que talvez seja um dos estados que mais investem neste desafio de construir um sistema novo para a reforma tributária. E aqui a gente criou uma assessoria, a Assessoria de Reforma Tributária (ART). A ART coordena mais de 11 frentes de trabalho, e essas frentes de trabalho envolvem não só as questões nacionais, mas também os impactos que a reforma tributária traz para dentro da administração tributária, porque a gente vai conviver com o ICMS (principal imposto estadual no atual modelo) por um bom tempo, pelo menos até 2032 - porque nunca acaba, tem aquele contencioso, tem fiscalização, tem outras coisas -, e introduzindo essa transição para o IBS, que já está começando, já está nesse processo todo agora. Então, temos aproximadamente 75 colegas trabalhando, e hoje o foco principal é na construção dos sistemas básicos de processamento da reforma tributária. O RS se colocou como responsável para desenvolver os sistemas de apuração, arrecadação e distribuição dos recursos.

JC - Como funcionam estes sistemas?

Neves - O sistema de apuração é o que pega toda a parte de documentação eletrônica das empresas, a nota fiscal emitida, etc. Processa essas notas, vê e faz o cálculo do imposto devido. Então, esse é o sistema de apuração, que é uma apuração diferenciada, porque é uma apuração assistida no sentido de ser colocada à disposição do contribuinte de uma maneira facilitada, para que ele possa ter o menor esforço possível, e a gente facilite, como se fosse um processo de assistência de uma aplicação que já te traz as informações. E é a linha que todo mundo vem

trabalhando. Sempre falo no exemplo do imposto de renda, que hoje praticamente todas as informações já vêm prontas, e é mais ou menos o que a gente está fazendo também no âmbito do IBS nesta transição. Ou seja, estamos trabalhando no modo de apuração para entregar um sistema muito robusto, que processa as informações e permite que o contribuinte saiba quanto ele tem que pagar ou não, quais foram as operações de aquisição e de venda. E isso tudo - e aí vem a variável nova da reforma tributária - ligado com o sistema de arrecadação. Antes a apuração era meio isolada da arrecadação e agora temos uma apuração ligada ao processo de arrecadação.

JC - Que benefícios podem ter pessoas físicas ou jurídicas com estas mudanças nos processos de apuração e arrecadação?

Neves - Ele traz questões muito importantes. Primeiro, do ponto de vista de concorrência entre empresas, ele diminui o que a gente chama de inadimplência, porque não vai ter inadimplência. Antes o crédito era o crédito escritural, como se eu tivesse um cheque e o cheque não tivesse fundo. Agora o cheque tem que ter fundo. É a analogia do cheque sem fundo: 'eu faço um monte de cheque, estou te passando, depois você vai tentar descontar e não tem dinheiro no banco'. É mais ou menos isso. Então o cheque, que é o crédito, esse crédito aqui, ele vai ter que dizer: 'olha, realmente tinha fundo, paguei, e agora você pode passar adiante'. Isso tudo cria uma melhora no sistema que diminui, por exemplo, a concorrência desleal que acaba acontecendo com as empresas que geralmente são devedoras contumazes. E essas dívidas tributárias a gente vai diminuir com o fato de garantir que haja pagamento na operação propriamente dita. Então, fez a



“A importância é simplificar processos, para o Brasil ficar atrativo, inclusive, ao capital estrangeiro”